

# 70% da CPI apóiam o relatório

O relatório final da CPI do Orçamento ainda não está concluído, mas o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) já tinha conseguido, até o final do dia de ontem, o apoio de cerca de 70% dos titulares da comissão ao texto que apresentara sexta-feira para a votação. Preocupados com o clima de tensão crescente na reta final dos trabalhos, o presidente Jarbas Passarinho (PPR-PA) e seu vice Odacir Klein (PMDB-RS) aliaram-se a Magalhães com um único objetivo: articular um acordo político para garantir apoio total ao relatório. Do lado de fora da comissão, parlamentares influentes no Congresso também se mobilizaram para canalizar apoio político ao relator.

Na noite de anteontem, quando o senador José Paulo Bisol, coordenador da subcomissão de patrimônio, ainda se recusava a discutir seu relatório com os integrantes do grupo que coordenou, a tensão na CPI cresceu muito, clima que permaneceu ontem mesmo com a mudança de comportamento do senador Bisol, que decidiu mostrar seu relatório e justificar cada nome da lista de cassações que apresentou.

“O relatório de Magalhães já tem o apoio incondicional de maioria folgada na CPI”, revelou ontem o senador Élcio Álvares (PFL-ES) a um deputado que participa das negociações.

Entre os que aderiram ao acordo estão tanto o senador Ney Maranhão (PRN-PE) como o senador Iram Saraiva (PMDB-GO), o ex-ministro e deputado Lázaro Barbo-

sa (PMDB-GO) e o senador Mário Covas (PSDB-SP). A idéia é a de superar as discordâncias nas quatro subcomissões — bancos, patrimônio, emendas e subvenções sociais. Com isto, o grupo acredita que vai conseguir isolar e neutralizar a atuação dos “radicais” no plenário. Na relação dos radicais o grupo apontava ontem os petistas Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy, além do líder do PDT na Câmara, Luiz Salomão (RJ), e do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

Feito o acerto político, o presidente Passarinho reuniu o plenário da CPI no final da tarde de ontem para definir as regras regimentais que vão para a sessão de votação, já marcada para as 9h00 de amanhã. Em reunião para discutir os mecanismos de votação, a CPI decidiu ontem que a leitura do relatório — cerca de 300 páginas que deverão tomar as 10 primeiras horas de trabalho — será dividida entre o relator e os deputados Roberto Rollemberg, Fernando Freire (PPR-RN) e Lázaro Barbosa. Durante a leitura, não será admitida nenhuma intervenção ou questão de ordem por parte dos parlamentares.

Os titulares e suplentes — 44 parlamentares ao todo — que discordarem de qualquer trecho do relatório terão 30 minutos para pedir vistas e definir sobre os destaques para votação em separado do que for considerado polêmico. Ato contínuo haverá a discussão em regime de urgência e a votação. Cada titular poderá usar da palavra por até oito minutos para discutir a matéria.